

SUMÁRIO

I. DO PRECEDENTE CONSTITUCIONAL.....	9
1. O problema do controle difuso destituído de precedentes obrigatórios....	9
2. A nova dimensão da interpretação constitucional e a consequente relevância das decisões proferidas no controle difuso.....	13
3. O precedente no controle concentrado: da decisão com eficácia <i>erga omnes</i> à eficácia vinculante do seu fundamento determinante	15
4. A eficácia vinculante não é um atributo exclusivo do controle concentrado.....	22
5. A natureza das decisões constitucionais, a incrementação da ordem jurídica e os precedentes constitucionais.....	25
6. A tradição de <i>civil law</i> e a dificuldade de perceber que, no recurso extraordinário, está em jogo mais do que saber qual das partes tem razão.....	26
7. A confusão derivada da regra que confere ao Senado poder para “suspender a execução” da lei declarada inconstitucional.....	28
8. A solução fácil da “tese” do recurso extraordinário e o problema da porção da fundamentação da decisão que se reveste de eficácia vinculante.....	32
9. Decidir os fundamentos em separado ou contar os votos que sustentam os fundamentos? Entre a decisão do recurso, a decisão incidental de (in)constitucionalidade e o fundamento de (in)constitucionalidade....	38
10. Quando o recurso afirma a inconstitucionalidade de duas leis ou condutas diferentes: as decisões paradoxais.....	41
11. A decisão incidental de inconstitucionalidade e o seu fundamento no espaço da <i>ratio decidendi</i> e da eficácia vinculante.....	43
12. Para que pode servir o trabalho de delinear uma “tese” ao se julgar o recurso extraordinário?.....	47
13. O <i>distinguishing</i> em face dos precedentes constitucionais	51
14. Quando o precedente pode ser revogado? O que justifica o <i>overruling</i> ?....	62
15. O precedente desgastado	77

16. Além da segurança jurídica: o precedente enquanto garantia da racionalidade e da coerência da interpretação constitucional.....	79
II. FORMAS DE TUTELA DO PRECEDENTE CONSTITUCIONAL	87
1. Breve alusão ao Código de Processo Civil	87
2. Precedente como norma jurídica.....	88
3. Violação de precedente do Supremo Tribunal Federal: o problema da identificação da <i>ratio decidendi</i>	93
4. A impugnação como meio para obstaculizar a execução de sentença que não observou precedente constitucional	95
5. Ação rescisória e violação de precedente	97
5.1. A ação rescisória com base no art. 966, V, do Código de Processo Civil.....	97
5.2. Sobre a não percepção da “existência de distinção” e também acerca da não aplicação de precedente manifestamente aplicável.....	98
5.3. Técnica da distinção e equívoco manifesto na aplicação de precedente	100
5.4. O ônus daquele que pretende a rescisão com base em manifesto equívoco na aplicação (ou não) de precedente	102
6. Reclamação	103
6.1. Da tutela da decisão <i>inter partes</i> para a proteção da decisão e do precedente constitucional	103
6.2. Sobre a eficácia da <i>ratio decidendi</i> e a eficácia do dispositivo da decisão proferida em ação direta: o uso da reclamação para a tutela da <i>ratio decidendi</i> ou dos fundamentos determinantes da decisão... ..	105
6.3. A reclamação como consequência lógica da eficácia vinculante que recai sobre precedente firmado em recurso extraordinário	106
6.4. A reclamação como meio de tutela da autoridade do precedente constitucional: entre a correção das decisões e a reafirmação do sentido da Constituição	108
6.5. A tutela do precedente como forma de garantia da competência da Corte	109
6.6. As particularidades da decisão e do precedente constitucional.....	110
6.7. A reclamação como reflexo e consequência dos enunciados constitucionais vinculantes	114
6.8. A reclamação como forma de tutela destinada à reafirmação do que a Corte declarou: ação de cognição limitada e de natureza documental	117

6.9. Na reclamação não se decide caso constitucional, mas se pode realizar <i>distinguishing</i>	118
6.10. Sobre o argumento de que a reclamação pode prejudicar o trabalho do Supremo Tribunal Federal: a falta de percepção de que a Corte tem dever de garantir a observância dos seus precedentes	122
6.11. A reclamação e o recurso extraordinário como meios para a tutela do precedente constitucional.....	125
BIBLIOGRAFIA	127